



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO, HISTORIOGRAFIA E METODOLOGIA

O papel da burguesia industrial na consolidação do Brasil dependente: uma análise comparativa das interpretações de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso

The role of industrial bourgeoisie in the consolidation of dependent Brazil: a comparative analysis of the interpretations of Celso Furtado and Fernando Henrique Cardoso

Luana Gonçalves Varela dos Santos; Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS); luana.varela@ufrgs.br

RESUMO: À luz da relevância da temática da dependência, o presente artigo tem por objetivo discutir a relação entre a dependência e a burguesia industrial presente nas perspectivas de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, intérpretes do Brasil e da dependência. Tal designo parte mediante ao fato de os autores adotarem interpretações que tangem aos aspectos sociais, políticos e culturais desta condição, envolvendo tanto as questões econômicas e estruturais, como o consumo e a ideologia da classe dominante – ou seja, da burguesia industrial nacional. Apesar da divergência em suas conclusões, o trabalho aponta que há aspectos paralelos que sustentam profundas reflexões a respeito do tema, fortalecendo suas contribuições para a história do pensamento econômico do país.

Palavras-chave: Dependência. Burguesia industrial. Celso Furtado. Fernando Henrique Cardoso.

ABSTRACT: In light of the relevance of the dependency theme, this article aims to discuss the relationship between dependency and the industrial bourgeoisie present in the perspectives of Celso Furtado and Fernando Henrique Cardoso, interpreters of Brazil and dependency. This designation stems from the fact that the authors adopt interpretations that relate to the social, political and cultural aspect of this condition, involving both economic and structural issues, such as consumption and the ideology of the ruling class – that is, the national industrial bourgeoisie. Despite the divergence in its conclusions, the work points out that there are parallel aspects that support deep reflections on the subject, strengthening its contributions to the history of economic thought in the country.

Keywords: Dependence. Industrial bourgeoisie. Celso Furtado. Fernando Henrique Cardoso.



1. Introdução

As teorias do desenvolvimento – em particular a teoria da dependência – surgem por volta da década de 1950 e 1960 por um grupo de intelectuais vinculados a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), inaugurando uma nova discussão no campo crítico das ciências econômicas. Em seu âmago consta a validação de que a trajetória econômica dos países latino-americanos ao longo dos séculos resultou na subordinação das economias que compõem a periferia do sistema capitalista global, dada a antiga divisão internacional do trabalho e as estruturas de poder no plano internacional (Marini, 2017)¹.

No entanto, muitas dificuldades envolvendo a compreensão categorial da origem desta condição emergem das limitações de seus desdobramentos teóricos e dividem opiniões a respeito das condicionantes envolvidas na teoria. Por um lado, a teoria da dependência cumpre um papel de destaque ao evidenciar os condicionantes históricos, econômicos e estruturais que, dado o processo de acumulação do capital e a dinâmica capitalista mundial, dão origem e conservam a condição de dependência dos países que compõem a periferia global². Por outro, ao determinar que a subordinação destes países é tida como uma condição decorrente do impulso de um conjunto de forças de interação inerentes ao capitalismo, alguns de seus críticos³ compreendem que a teoria pode ser facilmente interpretada a partir de um determinismo econômico, visto que dar-se-á uma ênfase maior as variáveis exógenas para explicar a condição subordinada destes países (ZAVALETA, 2009 [1982]).

Assim, tendo em vista que a dependência é indissociável de seu contexto social e político e que a categoria cepalina e marxista da teoria possui esta lacuna não

¹ Para uma recuperação teórica a respeito da Teoria Marxista da Dependência ver Marini (2017), Bambirra (2013), Theotonio dos Santos (1998), Carcanholo (2008; 2013).

² Aqui nos referimos exclusivamente a Teoria Marxista da Dependência cujos principais autores estão destacados na nota de rodapé acima. Entretanto, conforme destaca Telésforo (2022, p. 82), “o debate dependentista desdobrou-se em distintas vertentes, e uma das divergências fundamentais entre elas era (e é) justamente se o estudo das formações sociais dependentes exigia ou não a formulação de uma teoria da dependência, isto é, se o capitalismo dependente seria ou não dotado de leis específicas, segundo veremos adiante”.

³ Ver, entre outros, Cueva (1974); Semo (1975); Zavaleta (1982).



preenchida, surgiu a necessidade de adaptar, reconhecer e delinear a respeito da importância da decifração da dependência por meio dessas variáveis anteriormente ocultadas. Deste modo, coube a Celso Furtado e a Fernando Henrique Cardoso a realização de adotar a perspectiva da dependência que enfatiza os fatores internos e os condicionantes políticos e sociais inerentes a formação da posição subordinada do Brasil no contexto global⁴. A partir de suas interpretações, novos diagnósticos são expostos, cuja abordagem parte de uma proposição alternativa da natureza do processo.

No que tange a intenção deste estudo, trata-se de um texto teórico que pretende idealizar um possível diálogo entre os dois autores abrangendo um aspecto dado e preciso de suas teses: o papel das classes sociais, mais especificamente da burguesia industrial nacional, na condição de dependência do Brasil. Tendo em vista que os marcos teóricos empregados apontam uma discussão rica para o entendimento das especificidades sociais e políticas que circunscrevem a história do pensamento econômico brasileiro. Para isso, o presente trabalho busca revisar suas principais obras que tratam a respeito da dependência de forma central, além de também levar em consideração diferentes estudos já idealizados sobre a temática e sobre os autores.

Mostraremos ao longo que Furtado e Cardoso possuem semelhanças em seus conceitos definidores, propondo um debate interpretativo entre as duas correntes de pensamento. Assim como, mostrar-se-á que ainda constituem divergências fundamentais em suas ponderações. Para cumprir o objetivo, estruturou-se o presente artigo em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção fundamentou-se uma revisão do estudo de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento e a dependência cultural, onde analisa-se a relação entre sociedade, cultura e atraso. Para este designo, buscamos demonstrar também algumas de suas principais influências. Posteriormente, demonstramos os principais tópicos da tese de Fernando Henrique Cardoso tanto a respeito do papel do empresariado industrial na dependência como da sua proposição

⁴ Neste âmbito, é importante aqui ter presente um ponto fundamental a respeito da elaboração de uma categoria da “teoria da dependência” por cada autor. Enquanto é de conhecimento geral a Teoria da Dependência elaborada por Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado, apesar de abordar sobre o tema em seus escritos, não é detentor de uma categoria específica da dependência. O autor possui como ponto focal em suas obras o subdesenvolvimento e as especificidades econômicas na formação do Brasil e da América Latina. A discussão sobre a temática é presente e abordada integralmente na análise de Silva (2020).



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

que engendra na possibilidade de um desenvolvimento dependente-associado, examinando também as suas influências. Na quarta seção tratamos dos pontos fundamentais de diálogo entre suas teses, identificando os pontos convergentes e divergentes na discussão, para, por fim, encerrarmos o trabalho com as considerações finais.



2. A tese de Celso Furtado

2.1 Influências de Furtado para a construção de suas teses

Celso Furtado elaborou as mais abrangentes obras sobre o Brasil e a América Latina no século XX. Através da utilização do método histórico-estrutural, propôs uma nova interpretação da economia internacional, inaugurando reflexões a respeito dos processos que irromperam na consciência do atraso destes países. Assim, com influências keynesianas e reconhecido por possuir uma obra vasta tanto em tamanho como em profundidade (Fonseca, 2021), Furtado foi um dos pioneiros a tratar a respeito dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, na busca por formular uma análise da América Latina construindo uma relação entre teoria e história (Corrêa, 2013). O autor obteve reconhecimento ao elaborar e desempenhar um papel basilar na construção de inúmeras teses da CEPAL – onde trabalhou na elaboração de inúmeras propostas e diagnósticos que serviram de base para programas governamentais (Bielschowsky, 2000).

Portanto, pressupostas as suas contribuições para a compreensão da economia brasileira e latino-americana como um todo, é notável que o autor, além de se consagrar como um dos representantes do estruturalismo, também foi “responsável por desenvolver uma interpretação original e amplamente difundida da trajetória de desenvolvimento econômico e social dos países da América Latina” (Mazzato; Saes, 2021, p. 183). É o que afirma, por exemplo, Bielschowsky (2000, p. 340), ao considerar Furtado como “o maior expoente do pensamento econômico desenvolvimentista”. Exaltando o brilhantismo de suas teses, o autor ainda acrescenta que Furtado

É fundador da moderna economia política brasileira e o primeiro intelectual brasileiro a formular uma teoria e as propostas de política econômica, que foram referências para a intervenção do Estado e a ação da burguesia brasileira durante décadas, além de ser considerado o mais brilhante membro da Cepal, reconhecido internacionalmente por suas contribuições originais à teoria econômica. Seus estudos permanecem como referência obrigatória para todos os estudiosos dos problemas do desenvolvimento (Bielschowsky, 2000, p. 347).

De forma geral, seus trabalhos também abrangeram os problemas relacionados à distribuição de renda, principalmente, a partir do período da ditadura militar brasileira



(1964-1985). Para Furtado, o aprofundamento da concentração de renda e de riqueza representava a derrota de um projeto que objetiva o desenvolvimento (Bielschowsky, 2000). A ênfase na análise sociológica que adentra a discussão das classes no âmbito econômico, portanto, é explorada em seus escritos de forma concisa, tratando-se de uma questão perpendicular a historicidade de suas análises. De certo, Furtado utilizou o conceito de cultura e criatividade derivada da disseminação da civilização industrial no sentido da globalização para argumentar a respeito do papel da burguesia nacional na consolidação da dependência e do subdesenvolvimento.

2.2 As classes dominantes na dependência cultural

Uma das maiores contribuições das teses de Furtado consiste na sua capacidade teórica analítica de interpretar o Brasil e o subdesenvolvimento nos limites da dependência. O livro *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978) introduz alguns dos pontos tangentes a esta questão e que serão abordados adiante nesta seção. Uma das partes mais importantes de seu método, para o propósito deste estudo, se dá no esclarecimento do papel desempenhado pela burguesia nacional no âmbito cultural e pela mudança estrutural da sociedade derivada da modernização – essa última marcada pelo advento e desenvolvimento do capitalismo e de sua difusão nos países periféricos. A rigor, sua análise se baseia na legitimação de um desenvolvimento endógeno como a manifestação da busca por autonomia da sociedade a partir do resgate de suas origens e da mentalidade política transformadora.

Logo, quando tomamos o conjunto da contribuição metodológica e analítica do autor sobre a centralidade da cultura no processo de desenvolvimento, entendemos que sua produção de raciocínio se orienta sob a imediata ligação de segmentos que refletem a respeito do caráter social, englobando a análise referente ao consumo das classes dominantes. Fica evidente que o elemento cultural possui um peso determinante dentro da totalidade de seu pensamento em vista de seu papel central na conservação ou na ruptura das estruturas econômicas de poder. De forma geral, é a partir da simbiose deste pensamento que surge o “embrião” da sua teoria do subdesenvolvimento.

Diferente do que propunha as teorias etapistas, para Furtado o subdesenvolvimento não era tido como uma mera etapa do país que culminava posteriormente no seu



desenvolvimento, mas sim como uma condição histórica de subordinação das economias periféricas às economias centrais.⁵ O ponto de partida se dá na interpretação do desenvolvimento tanto como uma transformação da sociedade, como uma apropriação do produto social; uma introdução de novos produtos; e, por fim, como a diversificação do consumo da sociedade. Segundo Furtado, o processo de desenvolvimento dispõe de uma perspectiva que admite tanto o seu caráter acumulativo como o seu caráter inventivo, visto que, em suas palavras, o desenvolvimento “tem, portanto, como tema central a invenção cultural, em particular a morfogênese social” (Furtado, 1980, p. IX).

Assim, pressupostas as condições que recupera o caráter cultural do desenvolvimento, compreende-se que a sua concepção não é alheia à estrutura social e, muito menos, à preparação ideológica da sociedade. No horizonte que engloba a sua análise, é possível compreender o desenvolvimento como um processo conflitivo que contém em si diferenciações desproporcionais de poderes. Isso porque, as formas de distribuição de poder neste sistema possuem tanto raízes culturais como institucionais. Em suas palavras, “a grande empresa [capitalista] é um conjunto organizado hierarquicamente de relações sociais, que é posto a serviço de uma vontade programada para condicionar o comportamento de segmentos da sociedade” (Furtado, 1978, p. 22). Para o autor, uma visão histórica é necessária para compreensão dos problemas das economias dependentes, visto que a armadilha do subdesenvolvimento parte de uma ordem social historicamente construída, e, dessa forma, faz-se o autor ressaltar em sua análise o período que constituiu a revolução burguesa.

Este período, em particular, é tido como o fecundo processo de invenção cultural, em que as atividades produtivas ficaram subordinadas à lógica do processo acumulativo. Em suma, foi durante este período que se produziu o refinamento dos principais instrumentos da capacidade humana: o racionalismo e o empirismo. Assim,

⁵ É de extrema importância que nos atentemos a relevância desta maneira do autor de apresentar a questão no período em que as esferas teóricas da economia apresentavam reflexões contrárias a referida pelo autor. Levando em consideração este contexto, conforme reitera Fonseca (2021): “a grande contribuição de Furtado foi formular as interpretações anteriores sobre as causas do “atraso” em pelo menos dois aspectos com profundas consequências teóricas, as quais conduziram a teorização a outro patamar. Em primeiro lugar, porquanto não se tratava propriamente de “atraso”, já que o subdesenvolvimento não era uma etapa de uma linha evolutiva; e, em segundo, porque suas causas não eram naturais ou raciais, mas históricas” (Fonseca, 2021, p. 78).



foi a partir da visão do futuro instituída na sociedade no meio deste processo acumulativo que se conformou a ideia de progresso. No entanto, apesar do desejo pelo progresso partir de todos os grupos que compõem a sociedade, a acumulação só era uma realidade para os grupos que constituíam o poder (Furtado, 1978). Logo, as relações de poder são o ponto chave para a compreensão do capitalismo no ponto de vista social e econômico.

Outro elemento importante como ponto de partida é a compreensão de que, para Furtado, o segundo fator chave para a consciência do subdesenvolvimento é a tecnologia. Enquanto os países desenvolvidos possuíram uma evolução tecnológica capaz de transformar a trajetória interna de seu sistema produtivo, os países subdesenvolvidos não foram capazes de assegurar condições materiais para reproduzir a partir de seu parque produtivo interno os padrões de consumo e a eficiência produtiva dos países avançados no mercado global. Em seu entendimento, portanto, esta tecnologia está inserida como parte do sistema de cultura – uma vez que possui uma relação direta com a contemporaneidade, ao ser tida como a expressão da hegemonia da racionalidade instrumental da sociedade moderna⁶.

Em virtude da simultaneidade da diferenciação dos sistemas produtivos globais e das transformações sociais decorrentes da civilização industrial, conseqüentemente, os países subdesenvolvidos buscam um “acesso indireto” para a modernização. Segundo o autor,

Transplantavam-se, assim, os padrões de comportamento surgidos da civilização industrial para as sociedades em que não haviam penetrado as técnicas produtivas em que se assenta essa civilização. Esse acesso indireto conduziu a resultados diametralmente opostos aos produzidos pelas duas outras vias anteriormente referidas: nestas acelerava-se o desenvolvimento das forças produtivas ao mesmo tempo que se coarctavam as transformações dos padrões de consumo; na via indireta diversificavam-se os padrões de consumo na ausência quase total de evolução das técnicas [...] *modernizavam-se* certos padrões de consumo e acumulava-se de preferência fora do sistema produtivo: na infraestrutura urbana em bens duráveis de consumo importados (Furtado, 1978, p. 46) [*grifos do autor*].

⁶ A construção desta ideia se faz presente em inúmeras obras do autor, aqui destacamos as obras: *Pequena introdução ao desenvolvimento* (1980), *Dialética do desenvolvimento* (1964) e *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978).



Assim, em vista dos padrões de consumo modelados pelo exterior, é abordado pelo autor os limites desta via de acesso. Os vínculos da dependência se tornariam difíceis de se romper, uma vez que

Os valores ideológicos surgidos com a revolução burguesa – liberalismo, individualismo, racionalismo – que haviam operado como alavancas para deslocar as velhas estruturas de dominação e promover a ascensão dos agentes sociais comprometidos com a acumulação no plano das forças produtivas, transpostos para a situação de dependência, tais valores transformaram-se em instrumento de reforço desta. (Furtado, 1978, p. 46)

Fica nítido, portanto, que a reprodução dos padrões de consumo nos países subdesenvolvidos se dá de uma forma alternativa: através da marginalização de uma parcela expressiva da população dos benefícios do progresso pela classe dominante, a qual, a partir da dinâmica de acumulação, consegue desfrutar destes novos padrões por meio das importações. Isto é, uma vez conhecido o subdesenvolvimento a partir de sua precedência política e social, têm-se em mente que o excedente econômico de uma pequena parcela da sociedade – a elite industrial – é usufruído para sua satisfação e com o intuito de manter seu privilégio através da reprodução dos padrões de consumo e da absorção do progresso tecnológico externo.

Deste modo, a questão se assenta na compreensão de que a dominação cultural resulta em uma dominação política a qual mantém a lógica de funcionamento do sistema na medida em que esta dominação “corrompe” os demais extratos sociais da sociedade. Em outros termos, tal processo não é isolado e o subdesenvolvimento é tido pelo autor como um fenômeno de dominação, de natureza tanto política como cultural, tal como, principalmente, resultado da civilização industrial (Furtado, 1983).

Seguindo a lógica já exposta, a condição de dependência possui como uma de suas origens o uso do excedente do comércio internacional, a partir da tendência ao mimetismo, o qual, por sua vez, é alimentado pela dominação ideológica, e pela diversificação dos padrões de consumo da classe dominante. Desse modo, sua relevância teórica é, sobretudo, pautada pela influência da cultura externa sobre a burguesia nacional na trajetória das economias subdesenvolvidas/dependentes.

Destarte, conforme aponta o autor, as classes dominantes de países subdesenvolvidos, como o Brasil, integram, seguindo a lógica do processo de acumulação, a pretensão de reprodução tanto da cultura material como da cultura



imaterial do capitalismo avançado. Ou seja, a partir da imitação de seus padrões de consumo e, também, de seus valores culturais, a classe dominante – com aspirações à acumulação de capital – das economias periféricas condicionam os países subdesenvolvidos ao enfrentamento de obstáculos demarcados pela heterogeneidade estrutural e pela dependência cultural em sua forma mais pura⁷.

Esta noção se alicerça, sobretudo, na questão hegemônica implicitamente posta, de forma que, ao longo da obra *Teoria e política do desenvolvimento* (1983), Furtado compreende a “elevação do nível material de vida na forma como determinada sociedade o define partindo de uma escala de valores que reflete o equilíbrio de forças que prevalece nessa sociedade” (Furtado, 1983, p. 82). Ou seja, conforme o padrão de comportamento da elite nacional é moldado a partir do reflexo do sistema produtivo e de consumo das economias centrais, será também sob a égide da complexidade estrutural presente nas economias periféricas – a qual diz respeito ao acesso desta constelação de bens materiais – que se é capaz de confundir o desenvolvimento destas economias com uma forma de vida moderna, e que envolve, em si, as relações de poder internas.

Dito isso, Furtado nos elucida que a modernização das economias subdesenvolvidas é caracterizada como resultado do colonialismo cultural⁸ representado pelas “elites aculturadas” destas economias. Essas elites, são descompromissadas com os problemas internos e possuem um interesse maior no capital externo e nos problemas alheios ao país⁹. Para o autor, em virtude da visão otimista do futuro e do medo de perder seus

⁷ Furtado (1974, p. 84), elabora essa questão de forma mais ampla, atentando-se ao fato de que, apesar do investimento direto externo, a condição de dependente seria percebida nos países subdesenvolvidos. Segundo o autor, “a dependência, que é a situação particular dos países cujos padrões de consumo foram modelados do exterior, pode existir mesmo na ausência de investimentos estrangeiros diretos. [...] O que importa não é o controle do sistema de produção local por grupos estrangeiros e sim a utilização dada àquela parte do excedente que circula pelo comércio internacional. Na fase da industrialização, o controle da produção por firmas estrangeiras [...] facilita e aprofunda a dependência, mas não constitui a causa determinante desta. A propriedade pública dos bens de produção tampouco seria suficiente para erradicar o fenômeno da dependência, se o país em questão se mantém em posição de **satélite cultural dos países cêntricos** do sistema capitalista, e se encontra numa fase de acumulação de capital muito inferior à alcançada por estes últimos”. [*grifos nossos*]

⁸ A colonização cultural, segundo o autor, desempenharia um papel importante na transformação da natureza das relações de classes nos países capitalistas cêntricos (Furtado, 1974).

⁹ Ainda é possível designar aqui a indagação de Furtado a respeito da prática destes grupos sociais, cuja aspiração maior é exclusivamente a aceleração da acumulação com o fim de garantir a continuidade de seus consumos de bens de luxo importados.



privilégios, estes grupos procuram adotar medidas antecipatórias, que irrompem no “simples transplante da civilização industrial, concebida esta como um estilo de material de vida originado fora do contexto histórico do país em questão” (Furtado, 1978, p. 79). Em outras palavras, sob o prisma desta dinâmica, o fato ocorrido nestes países é simplesmente a busca por uma via indireta para a civilização industrial.

Privados progressivamente de memória histórica e senso de identidade, referidos a um sistema de medidas concebido para os fins da acumulação, os povos atraídos pela via indireta para a civilização industrial passaram a ser classificados, ordenados, etiquetados, transfigurados em entidades abstratas cujo comportamento se explica exhaustivamente a partir de um número limitado de dados (Furtado, 1978, p. 77).

Conquanto, no caráter da dependência, o aprofundamento da heterogeneidade social é um dos fatores mais relevantes de sua análise, em virtude, principalmente, da validação de que a imitação do padrão de consumo da elite resulta, necessariamente, na perda de identidade social do país, dificultando ainda mais a geração de uma identidade cultural e de união política capaz de fomentar e engendrar o desenvolvimento econômico. Isto porque os estímulos aos elementos identitários com a capacidade de irromper com o quadro desafiador em que compreende a realidade brasileira apresentam desafios no âmbito de interesses e articulações distintas. Em outros termos, a aculturação na análise de Furtado está ligada a um processo de dominação externa que se move em uma direção dada.

No pensamento de Furtado, a “nossa industrialização tardia foi conduzida no quadro de desenvolvimento imitativo que reforçou tendências atávicas de nossa sociedade ao elitismo e à opressão” (Furtado, 2012, p. 30). É perceptível pela ação das classes dirigentes locais que o processo de colonização cultural contribui com os seus interesses de manter a taxa de exploração elevada. Dito isso, o autor revela que a condição de dependente é mais geral do que o fenômeno do subdesenvolvimento, pois esta última é originada pela situação de dependência. Logo, a defesa por uma via reformista que engendrava em uma conciliação de desenvolvimento e democracia era tida como a via de superação do caráter subdesenvolvido do país (Fonseca, 2021).

Como solução, Furtado aponta a essencialidade de uma endogeneização do desenvolvimento. Em seu pensamento, esta visa uma reorientação das atividades políticas e econômicas da sociedade, derivada tanto do enriquecimento da cultura local



como da criatividade no plano político. O mero desenvolvimento do sistema produtivo não culminaria em um caminho para a superação da dependência, visto que, em suas palavras, “o controle local, ao nível de produção, não significa necessariamente menos dependência, se o sistema pretende continuar a reproduzir os padrões de consumo que estão sendo permanentemente criados no centro” (Furtado, 1974, p. 90).

Ou seja, dada toda a composição teórica da dependência, têm-se que a sua causa mais profunda se caracteriza na incompatibilidade do projeto de desenvolvimento dos grupos dirigentes do país com os aparatos necessários da política e da cultura interna para tal desígnio. O caráter hegemônico que consubstancia a dependência política e cultural destes países influenciou tanto sua dinâmica externa como sua estrutura interna. Dentro do quadro de dominação e de modernização, seja a partir da imitação do padrão de consumo da minoria dos países subdesenvolvidos que compreende a cultura material, ou a partir de forças desarticuladoras. Dito isso, tais atributos se ampliam nos países subdesenvolvidos em detrimento do desenvolvimento através do progresso técnico. Assim, para Furtado, a criatividade e a identidade cultural da sociedade são tidas como os principais elementos que são capazes de romper com esta dominação-dependente tanto cultural e ideológica como, conseqüentemente, econômica.

3. A tese de Fernando Henrique Cardoso

3.1 As origens e influências de Fernando Henrique Cardoso

Ao adentrar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), Fernando Henrique Cardoso teve como um de seus principais professores, e como seu diretor de pesquisa, Florestan Fernandes. No que diz respeito as principais esferas de conhecimento, é válido ressaltar que suas principais influências intelectuais são de cunho weberiano e marxista. Tais influências estiveram presentes em sua trajetória de vida, tanto durante seus anos de formação como em seu eixo familiar, visto que participava ativamente com seu pai, que exerceu cargos militares e políticos, de manifestações e campanhas políticas durante a década de 1950. (Garcia Jr., 2004).

Cabe mencionar também que,



Em sua tese de doutorado, publicada como livro em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, Cardoso (1962) já atribui importância às relações entre classes sociais, como um fator histórico estrutural importante na reconstituição de processos econômico-sociais. Nessa ocasião, já mencionava a incapacidade de adaptação do comportamento dos senhores de escravos de agirem como empreendedores capitalistas e optarem por trabalhadores livres. Porém, ressalta que essa perspectiva é insuficiente para explicar todos os aspectos da vida social (Fonseca; Franke; Vieira, 2023, p. 189).

Como sociólogo, o estudo da política, da economia e da sociedade faziam-se presente de forma complementar. Muitos de seus trabalhos constituem obras teóricas e análises políticas originais a partir de sua vivência nos cargos que exerceu na política do Brasil. Dentre eles, ganham destaque especial: a sua pesquisa sobre o perfil dos empresários brasileiros¹⁰ e sua formulação da teoria da dependência em colaboração com Falleto¹¹, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica* (1979). Em suas análises, conforme aponta Bielschowsky (2000), o contexto histórico é essencial, tal como o processo econômico e as condições estruturais do país.

Para além da história econômica, Fernando Henrique Cardoso idealizava estudos voltados ao empresariado nacional, com o objetivo de desvendar suas ideologias e posições diante da temática em torno do desenvolvimento do país. Conforme destaca Garcia Jr. (2004, p. 293), “tanto no Brasil como no exterior, as investigações conduzidas por Fernando Henrique visavam essencialmente a analisar as representações de industriais e homens de negócios da América Latina, e sobretudo sua relação com a evolução do Estado”.

Sobre esta perspectiva, sobressai a sua interpretação dos grupos sociais internos. Destaca-se, neste caso, o apoio do autor a concepção de que a dependência e o subdesenvolvimento implicam uma forma de dominação social, orientada por grupos inerentes ao sistema econômico, em especial pela burguesia industrial nacional.

¹⁰ Intitulado *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (1964), neste ensaio, Fernando Henrique Cardoso entrevista inúmeros empresários com o intuito de traçar um perfil para o empresariado brasileiro e identificar se é possível designar a cultura empresarial nacional como uma das causas do atraso do desenvolvimento do país em relação aos demais países que compõem o cenário internacional.

¹¹ Cabe mencionar que Enzo Falleto, chileno e sociólogo, compõe o estudo sobre a dependência de Fernando Henrique em virtude de sua proximidade com FHC em decorrência de seu exílio no Chile durante os anos da ditadura militar brasileira. Conforme Garcia Jr. (2004) expõe em seu artigo, durante seu período de exílio, FHC integrou-se aos debates sobre os efeitos econômicos e sociais decorrentes das transformações na América Latina à época e, a partir disso, o intelectual e político brasileiro dedicou suas reflexões teóricas à temática.



3.2 A burguesia industrial nacional e o desenvolvimento dependente-associado

É transparente que Fernando Henrique Cardoso pensa o desenvolvimento como um processo social e econômico. Fica claro, na visão do autor, que há uma insuficiência presente na análise estritamente econômica quando se trata da sua tentativa de esclarecer as peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo periférico. Em sua visão, esta exclui os elementos sociais inerentes a este processo e, também, restringe a compreensão do funcionamento do sistema econômico periférico apenas a partir de fatores exógenos – tidos como a dinâmica determinada do capital no sistema capitalista global. Assim, o que há de específico sobre este processo é a determinação de Cardoso sobre a necessidade de um estudo que inclua a integração social das classes e grupos sob as condições particulares da América Latina como o aspecto central do seu processo de desenvolvimento.

A partir da investigação dos tipos das formações sociais, tradicionais e modernas, Cardoso e Faletto (1979) admitem que a análise estruturalista também é tida como insuficiente, de um lado por compreender as sociedades latino-americanas como tradicionais, cujo processo de desenvolvimento se daria de forma a transformá-las em sociedades modernas, e de outro, devido a delimitação dos enclaves sociais, os quais impossibilitam que este tipo de sociedade chegue a sua forma plena de maturação, resultando assim o estabelecimento do denominado *dualismo estrutural*¹². Para os autores:

Com efeito, a mudança das estruturas sociais, longe de ser somente um processo acumulativo no qual se agregam novas “variáveis” que se incorporam à configuração estrutural, implica fundamentalmente um processo de relações entre grupos, forças e classes sociais, através do qual algum destes tentam impor ao conjunto da sociedade a forma de dominação que lhe é própria (Cardoso; Faletto, 1979, p. 29).

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1979) constroem e discutem em seus escritos uma visão particular a respeito do subdesenvolvimento e de sua superação.

¹² Cardoso e Faletto (1979) ainda expõem que o erro principal da tese da CEPAL está no desígnio economicista, em que a nação é tida como o ponto determinante da teoria, onde compreende-se como central o aspecto simplista de disputa dos países (centro-periferia). Para os autores, portanto, o pensamento cepalino é deficiente no desígnio político da questão, visto que, nas suas perspectivas sociológicas, o sistema capitalista consiste em caminhos e conexões entre outros aspectos, não somente da procedência da análise dual-estruturalista.



Contrastando as duas visões majoritariamente discutidas no âmbito acadêmico na América Latina – de um lado a da CEPAL, cuja acentuação maior se dá no progresso técnico, na produtividade e na industrialização, obtendo o Estado como o instrumento essencial para o designo do desenvolvimento, e de outro lado, a visão transformadora e revolucionária, assentada na revolução socialista, no nacionalismo e no rompimento com a dependência colonial, derivada do imperialismo. A rigor, o entendimento predominante de sua obra evidencia a incapacidade da análise econômica convencional em esclarecer as questões sociais do processo de desenvolvimento do capitalismo na periferia do plano global. Isso porque,

Falta uma análise integrada que forneça elementos para dar resposta de forma mais ampla e matizada às questões gerais sobre as possibilidades do desenvolvimento ou estagnação dos países latino-americanos, e que responda às perguntas decisivas sobre seu sentido e suas condições políticas e sociais (Cardoso; Faletto, 1979, p. 24).

Em seu entendimento, além do aspecto tipológico simplista deste modelo, necessita-se da perspectiva do processo histórico de formação das sociedades. Tendo em conta que as relações contraditórias de interesses políticos dos grupos sociais heterogêneos de uma nação, em conjunto à particularidade deste processo, que direcionam o estudo da trajetória do desenvolvimento da sociedade. Assim, recuperando a temática e submetendo a análises sob os aspectos político e social, o autor busca estabelecer em que medida a debilidade do processo de desenvolvimento econômico era derivada da conduta da burguesia industrial nacional. Conforme destaca Bielschowsky (2000),

A nova proposta de análise consistia em demonstrar que as condições estruturais, definidas pela base produtiva, condicionavam o raio de ação das classes e grupos internos e externos, no sentido de perpetuar, transformar ou romper os laços que os articulavam. Havia aí uma dinâmica própria que cabia compreender (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 391).

De fato, para Cardoso, o conflito interno entre as classes prevalece como ponto focal maior. O autor repreendeu o uso do termo *dependência*, pelos demais autores na época, pelo designo imperialista imposto da palavra em seus escritos. O detalhe é que “tudo, ou quase tudo, se ‘explicava’ como consequência da lógica do capital monopolista ou dos desígnios dos governos imperialistas” (Cardoso; Faletto, 1979, p. 9). Logo, na visão de Cardoso e Faletto, em outras palavras, se é verdade que a análise puramente econômica



possui suas limitações, seria possível e necessário a integração de um viés sociológico interpretativo na medida em que, tal análise “trata-se, por conseguinte, de buscar uma perspectiva que permita vincular concretamente os componentes econômicos e sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais e não só justapô-los” (Cardoso; Faletto, 1979, p. 34). Para isso, conduziu a busca por explorar como a dependência se dá a partir da combinação entre as variáveis econômicas, políticas e sociais dentro de um dado momento histórico e de estrutura específica.

Ao criticar a ideia central do processo de desenvolvimento a partir da reprodução das etapas que caracterizam as transformações sociais dos países já desenvolvidos no contexto global, centralizando tanto a sua crítica a crença de que a partir da urbanização e da industrialização as economias latino-americanas tenderiam ao desenvolvimento como ao então chamado “efeito demonstração”¹³. A gênese de sua análise, portanto, parte da evidência de que o desenvolvimento expressa-se no plano social e é considerado como “resultado da interação de grupos e classes sociais que tem um modo de relação que lhes é próprio” (Cardoso; Faletto, 1979, p. 34), visto que dar-se-á a necessidade de uma redefinição de perspectiva cuja consideração deve englobar tanto as condições históricas particulares como a compreensão dos objetivos e interesses que dão sentido a sociedade, por ele tidas como as condições concretas.

Segundo o autor, a “estrutura social e política vai-se modificando à medida que diferentes grupos e classes sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade” (Cardoso; Faletto, 1979, p. 34). Deste modo, se tem em mente que a partir das principais transformações históricas irrompem também mudanças nas estruturas de dominação e/ou a adoção de novas formas de relações entre os grupos e classes. Estas relações são caracterizadas por conflitos e imposições, em que estas classes ou grupos buscam impor à sociedade a um modo de produção que lhes favoreça, compatível com seus interesses e objetivos.

¹³ Os autores ainda afirmam que “no plano da análise econômica, o ‘efeito demonstração’ supõe que a modernização da economia se efetua através do consumo e que, em última instância, portanto, introduz um elemento de alteração no sistema produtivo que pode provocar um desvio em relação às ‘etapas’ da industrialização características dos países adiantados”. (Cardoso; Faletto, 1979, p. 32). Dessa forma, ainda incorporam o conceito incluindo o “efeito demonstração” no campo político e social, pois para Cardoso e Faletto os países desenvolvidos pressionam os ainda não desenvolvidos a adotar aspectos de comportamento humano, deixando claro que tais desígnios são exógenos e não são elementos causais do processo de maneira geral.



Como consequência, Cardoso e Faletto pontuam que

Precisamente o conceito de dependência [...] pretende outorgar significado a uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente em um momento dado e busca estabelecer, por seu intermédio, as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais internos e externos. Mas o externo, nessa perspectiva, expressa-se também como modo particular de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas. É precisamente por isso que tem validade centrar a análise da dependência em sua manifestação interna, posto que o conceito de dependência utiliza-se como um tipo de conceito “causal-significante” - implicações determinadas por um modo de relação historicamente dado - e não como conceito meramente “mecânico-causal”, que enfatiza a determinação externa, anterior, que posteriormente produziria “consequências” internas (Cardoso; Faletto, 1979, p. 35).

Logo, são lançadas as bases da categoria de dependência discutida pelos autores, levando adiante a existência de uma “forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores” (Cardoso; Faletto, 1979, p. 39). Em outras palavras, a própria definição de dependência de Cardoso conforma uma condição política da periferia, frente aos países centrais, no desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Assim, com o intuito de decifrar o processo de controle do sistema produtivo dos países latino-americanos, os autores defendem que o desenvolvimento não se deu de forma homogênea. A burguesia industrial nacional possuía um papel de destaque, principalmente quando se tem em vista o conflito de interesses que irromperam no período de transição e de expansão da civilização industrial, designando uma atribuição ainda maior da burguesia latino-americana a partir da crise de 1929 (Cardoso; Faletto, 1979).

O que os autores pretendem sustentar com a sua tese é a assimilação de que todo o processo é constituído pelos conflitos entre as classes e grupos locais. É a partir da interação destes e do seu modo de organização interno que deriva o desenvolvimento capitalista. Esta forma de pensar está ancorada na percepção de que a relação entre os países configura de maneira mais ampla, através dos seus variados graus de industrialização, não mais apenas na relação dual entre países industrializados e primário-exportadores. Na medida que Cardoso e Faletto (1979) expõem suas contribuições, faz-se válido se atentar ao fato de que, para os autores, tanto a natureza



do desenvolvimento, como da acumulação capitalista estão sujeitas as relações políticas e sociais do país. De modo que, historicamente, esta dinâmica social e seus arranjos políticos, que fundamentaram o desenvolvimento – seja a partir da associação com o exterior ou de outras formas de articulações.

É válido destacar também como um ponto elementar do assunto que, para Cardoso o exame das características estruturais não é suficiente para reconhecer a origem do subdesenvolvimento, tendo em vista a historicidade originária da condição de dependente. A tarefa colocada pelo autor é a identificação da forma de dominação social presente no plano econômico. Em suas palavras, este tipo de dominação “se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores”. O elemento central da dinâmica está apoiado na desigualdade de posições e de funções das economias dentro de uma mesma estrutura de produção global, onde “as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas” (Cardoso; Faletto, 1979, p. 39). Na medida em que se compreende a esfera política como uma das principais variáveis capazes de influenciar no processo de desenvolvimento de determinado país, têm-se, portanto, que a forma da dependência não é capaz de ser alterada apenas através do alcance da diferenciação econômica. Diz o autor:

As alianças dos grupos e forças sociais internas estão afetadas por sua vez pelo tipo e intensidade das mudanças, e estas dependem, em parte, do modo de vinculação das economias nacionais no mercado mundial; a articulação dos grupos econômicos nacionais com os grupos e forças externos realiza-se distintamente e com consequências diferentes, antes e depois de começar com um processo de desenvolvimento. O sistema interno de alianças políticas altera-se, além disso, muitas vezes em consequência das alianças existentes no plano internacional (Cardoso; Faletto, 1979, p. 42).

Ou seja, é uma das características fundamentais da sociedade subdesenvolvida um tipo específico de relação de domínio entre as classes e grupos quando se trata da vinculação econômica com o exterior. Logo, para além de condição voltada majoritariamente a uma variável externa, a dependência deve ser analisada necessariamente “a partir da configuração do sistema de relações entre diferentes classes sociais no âmbito mesmo das nações dependentes” (Cardoso; Faletto, 1979, p.



44). Dentro desse esquema, faz-se o apelo por uma interpretação em que os elementos estruturais sejam compreendidos, mas que não sejam determinísticos na dinâmica do desenvolvimento.

Para ilustrar o fato de que a burguesia industrial nacional possui um papel fundamental neste processo, é relevante considerar a trajetória histórica dos países chamados pelos autores de “desenvolvimento originário”. Segundo sua descrição, apenas após a realização do esforço inicial da industrialização que as classes populares se fizeram presentes nas sociedades como força política e social participante, obtendo um papel relevante. Em resumo, seu êxito foi decorrente da simultaneidade do período de expansão do mercado mundial (Cardoso; Faletto, 1979).

É interessante notar como Fernando Henrique Cardoso atenta ao fato da dupla dimensão do sistema e de sua complexidade de expressão no plano social. O esforço de sua análise torna-se evidente ao notar que,

A complexidade da situação de subdesenvolvimento dá lugar a orientações valorativas que, apesar de contraditórias, coexistem. Pareceria que se produzem, por seu turno, certas situações nas quais a atividade dos grupos sociais corresponde às pautas das “sociedades industrializadas de massas”, e outras em que têm preponderância as normas sociais típicas das “situações de classe” e até das “situações estamentais” (Cardoso; Faletto, 1979, p. 51-52).

Diante dessa situação, faz-se válido elucidar também os problemas inerentes a classe empresarial do Brasil na interpretação do autor. Assim, como cita Corrêa (2013),

Os industriais brasileiros, segundo Cardoso, constituíam uma camada social recente e heterogênea, incapaz de reagir como grupo frente aos problemas existentes, isto é, ainda não conseguiam pensar, agir e sentir de modo uniforme, ou seja, não formavam uma ideologia industrial capaz de guiar uma ação de todos em prol de interesses comuns (Corrêa, 2013, p. 58).

Dito isso, Cardoso constata uma proposta que não implica, necessariamente, na busca por uma possível via de superação para a dependência, pois intrínseco a sua noção de dependência está a consciência de que esta condição só é possível em virtude da fase atual do capitalismo e que, logo, constitui em si a possibilidade de desenvolvimento apesar deste caráter. De outro modo, com o intuito de traçar um rumo para o desenvolvimento, Cardoso sugere a formação de uma nova categoria social, a “burguesia de estado”. Sua gênese se dá a partir da expansão do setor público das economias latino-americanas. Esta nova categoria é capaz de controlar politicamente os



aparatos estatizados da produção e a validação de sua existência, em conjunto da burocracia e da tecnocracia já existentes, possibilita o desenvolvimento dependente.

Logo, essa possibilidade está ligada às contradições existentes tanto entre os setores como entre as classes, e o caso brasileiro, de desenvolvimento dependente-associado durante a era de Juscelino Kubitschek, é tido como um exemplo pelo autor. Este modelo de crescimento é caracterizado pela expansão conjunta de três setores: o privado nacional, o estrangeiro e o público. A união selada entre estes três setores é tida como necessária para o crescimento econômico, visto que, para Cardoso, o problema maior estava na forma em que o desenvolvimento se deu internamente, através de um Estado concentrador. Assim, em sua concepção, apenas a partir de uma relação de cooperação entre os grupos internos e de sua articulação dinamizada que seria possível traçar os caminhos para o desenvolvimento econômico, ainda que no bojo da dependência.

4. A possibilidade de um diálogo interpretativo

As contribuições dos teóricos da dependência possuem suas singularidades e méritos inegáveis. Entre as convergências e divergências que os contrastam, ganham destaque as que ressaltaremos adiante nesta seção. Tanto nos parâmetros do subdesenvolvimento e da dependência, como nas análises tangentes ao comportamento da burguesia nacional e, principalmente, na proposição de medidas corretivas no tocante a superação da condição de subordinação na busca pelo desenvolvimento, os autores inauguraram vertentes singulares, seguindo suas devidas diretrizes e influências. Os principais apontamentos no possível diálogo entre os dois autores pautam-se nas suas indagações a respeito do papel desempenhado pelo fenômeno de aculturação da sociedade derivado, conseqüentemente, da dinâmica da burguesia nacional, na medida em que conduzia – direta ou indiretamente – a trajetória de desenvolvimento das forças produtivas do país.

Anterior ao debate sobre a burguesia industrial nacional, uma das convergências identificadas em suas análises se dá no fato de pensar o subdesenvolvimento como uma categoria a partir de seu contexto histórico, não como etapa no processo de



desenvolvimento das nações. Ou seja, ambos reconhecem que o subdesenvolvimento não constitui uma mera fase tardia no processo de industrialização, cujo amadurecimento seria proveniente do cumprimento de um percurso elaborado e já realizado pelos países desenvolvidos. Para Fernando Henrique Cardoso, tal como para Celso Furtado, o subdesenvolvimento parte de uma perspectiva crítica, e nada mais é do que um fenômeno que se produziu historicamente através da expansão do capitalismo comercial e industrial, que englobava, nesta dinâmica expansionista, economias com diferentes graus no sistema produtivo¹⁴. Conseqüentemente, o subdesenvolvimento é caracterizado pela dificuldade de difusão do modo de produção e da tecnologia nas economias periféricas, dada a sua posição dentro da estrutura econômica global de produção.

A gênese da dependência também compreende um ponto de convergência em suas análises. Apesar de na abordagem de Furtado o foco prevalecer em aspectos tangente a dualidade estrutural, enquanto a de Cardoso enfatiza a interação entre as classes e seus interesses, ambos os autores reconhecem que as decisões que afetam tanto a produção como o consumo partem da dinâmica e dos interesses das economias centrais, compreendendo também os interesses das classes dominantes das economias periféricas. Além disso, amparado em suas concepções, o subdesenvolvimento é tido, antes de tudo, como um fenômeno de dominação política e social – com um enfoque maior na questão cultural, na análise de Furtado –, resultante da civilização industrial.

Sob este prisma, os autores ressaltam o fenômeno da modernização presente nas economias subdesenvolvidas. Esta constatação aparece como evidencia a partir do entendimento de que as economias subdesenvolvidas não passaram por um processo de industrialização, mas sim de modernização do consumo da elite. Privadas do processo de transformação estrutural decorrente da modificação do sistema produtivo interno, a heterogeneização do consumo interno – essa derivada da dependência cultural – irrompe

¹⁴ É válido ressaltar, entretanto, que os autores passam a possuir um ponto de divergência em suas interpretações a este respeito a partir da restauração dos conceitos na década de 1960. Conforme aponta (Fonseca; Franke; Vieira, 2023, p.176-177), “Para Cardoso, o conceito de subdesenvolvimento refere-se a um determinado tipo de desenvolvimento, não mais se referindo a uma sociedade tradicional ou arcaica. Por outro lado, para Furtado, o subdesenvolvimento seria uma situação particular, resultado da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas, porém sem configurar alguma modalidade de desenvolvimento”.



no que Furtado compreende como “armadilha do subdesenvolvimento”. Assim, a modernização da economia que se efetua através do consumo parte, principalmente, da incapacidade da burguesia industrial nacional de levar adiante o processo de desenvolvimento (Fonseca; Franke; Vieira, 2023).

Também análogo ao pensamento de Furtado a respeito das “elites aculturadas”, a elucidação de Cardoso, quando pontua que a uma burguesia industrial nacional é incapaz de liderar uma “revolução burguesa” no Brasil, sugere um dos principais pontos convergentes discutidos pelos autores no que tange a dessemelhança entre os interesses da burguesia nacional e da burguesia europeia, por exemplo. Uma vez entendido que seus padrões de consumo são imitativos e sua ideologia dominada, as classes dominantes periféricas concebem um papel basilar na heterogeneidade estrutural e na dependência cultural em sua forma mais pura. Destarte, o elo de suas análises parte também do entendimento de que é precisamente por tal motivo que a burguesia latino-americana não cumpre o mesmo papel histórico que cumpriu a burguesia europeia ao comandar as revoltas e os movimentos sociopolíticos nos séculos XVII e XVIII durante as revoluções burguesas inglesa e francesa. Não se constituindo uma burguesia nacionalista e alheia as questões políticas, o objetivo maior da burguesia industrial nacional assenta-se na dominância financeira.

Por outro lado, admitimos e indicamos que o ponto determinístico de divergência entre os autores manifesta-se em seus diagnósticos de superação da condição de dependência, ou, em outros termos, no ponto em que argumentam a respeito dos possíveis caminhos, e seus elementos chaves, para promover o desenvolvimento do país. Enquanto para Celso Furtado o subdesenvolvimento e a dependência são tidos como fenômenos/condições avessas ao desenvolvimento, visto que, em suas palavras, “a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento é dificilmente concebível no quadro da dependência” (Furtado, 1974, p. 87), Fernando Henrique Cardoso entende que a subordinação do país não compreende um obstáculo para este desfecho. Em seu esquema interpretativo, desenvolvimento e dependência não são expressões teóricas antagônicas. Com este argumento, Cardoso concilia dois termos incompatíveis no pensamento de Furtado e neste ponto em específico se amplia o distanciamento de suas teses.



Dada esta discussão, se torna necessário esmiuçar também, de forma mais específica, o que cada um dos autores propõe como a principal via para o desenvolvimento, dado o elemento crucial de análise deste trabalho. Para Furtado, além dos modelos que visam a endogeneização do desenvolvimento tecnológico¹⁵, uma de suas maiores preocupações se dá na busca pela consolidação de uma frente nacional cujo propósito envolve o desenvolvimento. A princípio, para que haja uma melhoria na condição de vida da sociedade, na perspectiva do autor, a criação de uma identidade nacional, em contraposição à dependência cultural, se torna fundamental. Logo, a burguesia nacional deve ser guiada pelos interesses nacionais visando o desenvolvimento. Já Fernando Henrique Cardoso, em síntese, adota o diagnóstico de que, dada a heterogeneidade de pensamento da classe industrial nacional, a associação com o capital estrangeiro se torna uma ação necessária quando se visa atingir o desenvolvimento. Assim, diferente de Furtado, o autor não condensa suas expectativas em um plano de cunho identitário, mas sim em uma via de cooperação entre as elites locais e o capital externo.

5. Considerações finais

O presente trabalho propôs-se a apresentar um comparativo entre as análises de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, ressaltando em seu âmago o papel da burguesia industrial nacional na origem da condição subordinada do Brasil. Por certo, o intuito deste estudo limitou-se em elucidar e comparar o determinado ponto que tange a problemática do desenvolvimento do Brasil na visão dos autores, identificando suas reflexões, seus diagnósticos e suas principais influências. Por ser a abordagem que buscamos sistematizar as interpretações sobre como a estrutura e a dinâmica social do país conjecturam a caracterização de sua sociedade, refletindo a partir dos paradigmas social, econômico e político sobre um ponto fundamental para a compreensão da sua formação histórica.

¹⁵ É válido destacar os três modelos expostos pelo autor (1984) que sugere o direcionamento das forças produtivas, neste caso, visando o desenvolvimento tecnológico do país e a potencialização do processo de acumulação do país, sendo estes: “(i) a coletivização dos meios de produção, baseado no controle coletivo das atividades econômicas de maior peso; (ii) a satisfação das necessidades básicas da coletividade; e (iii) o aumento do grau de autonomia externa, assumindo uma posição ofensiva nos mercados internacionais” (Fonseca; Franke; Vieira, 2023, p. 187).



Pretendendo não exaurir o assunto, é válido destacar dois pontos substanciais que merecem atenção. Destarte, o primeiro ponto refere-se à tese de Celso Furtado, cuja centralidade funda-se na compreensão da dependência, tal como do subdesenvolvimento, como uma condição de atraso. Para o autor, a superação da dependência é necessária e se é obtida através, entre outros fatores, do advento de uma identidade cultural da sociedade. A classe dominante representada pelo que o autor denomina de “elites aculturadas”, possui grande influência na organização do país em função do consumo imitativo e da formação do Brasil dependente. Por este fato, a incapacidade de engendrar o desenvolvimento nacional também é caracterizada pelas elites que obstaculizam este processo, uma vez que dispõe a pretensão de reprodução tanto da cultura material como da cultura imaterial das economias avançadas no plano global.

Já como segundo ponto em destaque, ressalta-se o apontamento das interpretações sociológicas de Fernando Henrique Cardoso. Ao compreender o perfil da burguesia industrial nacional e entender o desenvolvimento como um processo político e social, em sua perspectiva, o empresariado industrial constitui um dos entraves para o desenvolvimento do país. Sua reflexão sobre a busca por um desenvolvimento autônomo defronta-se com a incapacidade da burguesia industrial nacional de engendrar esta via de acesso ao desenvolvimento. Logo, adota a abordagem que constitui o ponto diferencial de sua análise. Este se dá na validação de que não há a necessidade de um rompimento da dependência para que se prospere o desenvolvimento, pois, ao prognosticar a via do desenvolvimento dependente-associado, o alcance do desenvolvimento tende ao êxito uma vez que haja uma colaboração entre o país e seus aliados externos. Isso porque Cardoso compreende que não subsiste a contraposição entre o capital nacional e o capital estrangeiro, mas sim uma via de cooperação para tal designo. Logo, em outros termos, o autor evidencia a possibilidade de desenvolvimento apesar do caráter dependente.

Por fim, ao apresentar as perspectivas de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso sobre o desenvolvimento e a dependência, foi possível pautar o aspecto categórico a respeito do papel que cumpre a burguesia industrial nacional para a formação e a superação da condição subordinada do país. Nesse sentido, para além dos



componentes estruturais e econômicos que tangenciam as teorias do desenvolvimento e da dependência, de uma forma geral, a burguesia representa um dos elementos chaves capazes de contribuir com a explicação do subdesenvolvimento e da dependência, constituindo assim como um dos alicerces para a via do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- CARDOSO, Fernando H. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, Fernando H. *A Dependência Revisitada*. In: *As Idéias e seu Lugar: Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento*. [p. 57-87]. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CARDOSO, Fernando H. *Dependência, Desenvolvimento e Ideologia*. In: *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: FGV, vol. 10(4), p. 43-71, out/dez 1970a.
- CARDOSO, Fernando H. *“Teoria da Dependência” ou Análises concretas de situação de dependência*. Estudos Cebrap, nov. 1970b.
- CARDOSO, Fernando H. FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. (1975) 5. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- CORRÊA, C. P. *As teorias do desenvolvimento de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso frente ao ideário cepalino*. Porto Alegre: UFRGS, 2013 (Dissertação de Mestrado em Ciência Política da UFRGS).
- FONSECA, Pedro C. D. *Quando a virtude é um problema: a atualidade de Celso Furtado*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. 59 - edição especial / p. 65-88. mai 2021 – jun 2021.
- FONSECA, Pedro C. D; FRANKE, Luciane; VIEIRA, Marieli. Os caminhos para o desenvolvimento do Brasil: revisita às interpretações de Celso Furtado e de Fernando Henrique Cardoso. *História Econômica & História de Empresas* v. 26 | n. 1 | p. 172-207 | jan.-abr. | 2023.
- FURTADO, Celso M. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, Celso M. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso M. *Pequena Introdução ao Desenvolvimento*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- FURTADO, Celso M. *“Que somos?”. Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Organização: Rosa Freire D’Aguiar.- Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.
- FURTADO, Celso M. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 6. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1983.
- GARCIA JR., A. *A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil*. *Tempo Social – USP* / p. 285-300. São Paulo, 2004.
- MANZATTO, Rômulo; SAES, Alexandre M. *Celso Furtado, intérprete da dependência*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil*, n. 78, p. 182-205, abr. 2021.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

MARINI, Ruy M. *Dialética da Dependência*. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

SILVA, Isadora P. *A Teoria da dependência de Celso Furtado*. 2020. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TELÉSFORO, João. *A crítica de René Zavaleta à teoria da dependência: afinidades e diferenças com a TMD e com Cardoso e Faletto*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. 62 / p. 76-109. janeiro 2022 – abril 2022